



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SINDICATOS DAS CARREIRAS DA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E
DISTRITO FEDERAL

UM NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO PRESSUPÕE UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) PROBLEMAS ATUAIS

- a) **Sistemas de trabalho obsoletos** (mesmo nas UF's mais avançadas);
- b) **Excessivo apego às rotinas de trabalho antigas e obrigações acessórias;**
- c) **Excesso de judicialização e dificuldades de recuperar tributos sonegados;**
- d) **Pouca comunicação ou nenhuma comunicação entre os fiscos dos entes federados entre si (União com Estados, Estados com Estados, Estados x municípios);**
 - Falta de sinergia
 - Competição entre si
 - Perda de eficiência
- e) **Impostos iguais, tratamento totalmente diferenciados dependendo da UF em que se relaciona;**
- f) **Carreiras e cargos disformes na União, Estados e Municípios, remunerações totalmente díspares e muitas irregulares;**

2) SOLUÇÕES APRESENTADAS (PEC 110)

- a) **Novo Sistema Tributário exige NOVA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA;**
- b) **Sistema de Arrecadação e Fiscalização 5.0** (não pode conviver com Fisco 3.0);
 - Evitar discussão jurídica administrativa excessiva
 - Evitar judicialização
 - Evitar a dificuldade de recuperação de valores sonegados
- c) **A PEC 110 traz a previsão de uma Lei Complementar, que regulamentará de forma nacional:**



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SINDICATOS DAS CARREIRAS DA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E
DISTRITO FEDERAL

- Sistema remuneratório compatível com a atividade de arrecadação e fiscalização uniforme em todo Brasil (teto servidores da União);
- Previsão de Lei Orgânica nacional com diretrizes gerais, para criação de Leis em níveis federados com uniformização de carreiras, atribuições de cargos, sistema de correição, etc.

Texto referente Administração Tributária (redação contida no relatório final da Proposta de Emenda Constitucional nº. 110/2019 - relatório **Senador Roberto Rocha**) .

Art. 145.

§ 3º Lei complementar estabelecerá **normas gerais** aplicáveis às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo sobre **deveres, direitos e garantias** dos servidores dos cargos exclusivos de Estado das carreiras mencionadas no inciso XXII do artigo 37.

Art. 156-B.

.....

§ 3º Os servidores em exercício no Conselho Federativo do Imposto sobre Operações com Bens e Prestações de Serviços e os servidores de carreira da administração tributária dos Estados, Distrito Federal e Municípios estarão sujeitos ao **limite de remuneração aplicável aos servidores da União** e à **disciplina estabelecida em lei complementar** no que se refere a responsabilidade funcional, correição e sanções administrativas.

Unadir Gonçalves Júnior

Secretário Geral **FEBRAFISCO** – Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e Distrito Federal.